

20100 - 163727/2015 - 63  
mesa

**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA  
PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

Junte-se ao processado de  
nº 30, de 2015.  
Em 25/02/16

Ofício nº 027/2015 – CMDPcD

Curitiba, 07 de novembro de 2015.

**Senhor Presidente Senado Federal,**

Nós, do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, do município de Curitiba, declaramos nosso repúdio ao projeto de lei 4330/2004 que regulamenta a terceirização nas relações de trabalho, visto que a proposta representa uma ameaça aos avanços conquistados pela Lei de Cotas (Artigo 93 da Lei Federal 8.213/1991), ao acesso às políticas públicas de inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, dificultará sobremaneira essa inclusão, bem como aos direitos trabalhistas de milhões de trabalhadores brasileiros, com e sem deficiência.

Tendo em vista nossa atuação em defesa dos direitos dos curitibanos com deficiência, demonstramos nossa preocupação com a possibilidade de aprovação da citada proposta no Senado Federal, já que isso reduziria o número de funcionários diretos das empresas e, conseqüentemente, provocaria a queda na quantidade de pessoas com deficiência que deve ser mantida no quadro funcional – mesmo com a emenda proposta pela deputada Mara Gabrilli que determina que empresas contratantes e terceirizadas deverão somar o número de funcionários e, caso atinjam o mínimo de cem empregados, deverão preencher as cotas.

Por fim, declaramos apoio incondicional ao previsto na Agenda do Trabalho Decente, da Organização Internacional do Trabalho – OIT, e sobretudo no artigo 27 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, das Nações Unidas, que no Brasil tem valor constitucional desde 2009 e que prevê ações afirmativas, a igualdade de oportunidades e a não-discriminação no mundo do trabalho.

Atenciosamente,

  
Mirella Prosdócimo

**Presidente Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência**

A Sua Excelência o  
Senhor Renan Calheiros  
**Presidente do Senado Federal**  
Senado Federal – Anexo I – 15º andar  
70165-900 – Brasília – DF



SENADO FEDERAL  
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Brasília, de fevereiro de 2016.

Senhora Mirella Prosdocimo, Presidente do Conselho  
Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPcD,

Em atenção ao Ofício nº 027/2015/CMDPcD,  
encaminhado a esta Secretaria-Geral pela Presidência do Senado,  
informo a Vossa Senhoria que sua manifestação foi juntada ao  
processado do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2015, que "*Dispõe  
sobre os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles  
decorrentes.*", disponível no endereço eletrônico [http://www25.senado.leg  
.br/web/atividade](http://www25.senado.leg.br/web/atividade).

Atenciosamente,



Luiz Fernando Bandeira de Mello  
Secretário-Geral da Mesa

